

NOVAS CONFIGURAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROPRIEDADES COM AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Valdemar João, Wesz Junior¹

Recibido: 20-10-2008

Revisado: 03-12-2008

Aceptado: 05-12-2008

RESUMO

O meio rural brasileiro tem presenciado uma série de mudanças em seus espaços, podendo-se observar um acréscimo significativo no número de unidades familiares envolvidas com a industrialização da produção agrícola. Mesmo com a proliferação dessa estratégia, ainda são restritos os estudos que tem se debruçado sobre essa temática. Diante disso, o objetivo desse trabalho é entender de que forma a agroindustrialização familiar vem auxiliando na (re)configuração das propriedades e do meio rural, focalizando a análise empírica em 45 empreendimentos situados na Região das Missões no Rio Grande do Sul, Brasil. Os resultados dessa pesquisa apontam que a estratégia de agroindustrialização na agricultura familiar vem contribuindo na formação de novas identidades e feições para o meio rural, mostrando alterações significativas no que se tange a composição familiar, sucessão do patrimônio, êxodo rural, estrutura fundiária e diversificação produtiva.

Palavras-chave: meio rural, agricultura familiar, agroindustrialização, Brasil

RESUMEN

El medio rural brasileño ha presenciado una serie de cambios en sus espacios, donde se puede observar un aumento significativo en el número de unidades familiares que participan de la industrialización de la producción agrícola. Aún con la proliferación de esa estrategia, todavía son limitados los estudios dedicados a esa temática. Frente a esta situación, el objetivo de este trabajo es comprender cómo la agroindustria familiar está ayudando en la (re)configuración de las propiedades familiares y del medio rural, centrándose en el análisis empírico de 45 empresas ubicadas en la Región de las Misiones en Rio Grande do Sul, Brasil. Los resultados de esta investigación indican que la estrategia de agroindustrialización en la agricultura familiar viene contribuyendo con la conformación de nuevas identidades y nuevas características en las zonas rurales, mostrando alteraciones significativas en lo que se refiere a la composición familiar, sucesión del patrimonio, éxodo rural, estructura agraria y en la diversificación productiva.

Palabras clave: medio rural, agricultura familiar, agroindustrialización, Brasil

¹ Graduado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS, Brasil); Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDÁ/UFRRJ, Brasil); Bolsista Nota 10 da Fundação de Amparo a Pesquisa no Rio de Janeiro (FAPERJ). **Postal Address:** Av. Nossa Senhora de Fátima n° 64/401 -Centro- Rio de Janeiro (RJ). CEP: 20240-051, Brasil. **Phone:** +55-21-8174 8193; **e-mail:** jwesz@yahoo.com.br

ABSTRACT

The Brazilian rural areas has witnessed several changes in its spaces, has been possible observe a significant addition in the number of family farmers occupied in the industrialization of the farm production. Although the proliferation of this strategy, there are few studies devoted to this thematic. Therefore, the objective of this paper is to understand the forms how the family agrofood industry change the configuration of the farm and the rural areas, focusing the empirical analysis in 45 enterprises situated in the region of Missões, state of Rio Grande do Sul, Brazil. The results point that the strategy of agro-industrialization in family farm contribute in the formation of new identities and formats for the rural areas, showing significant alterations in the family composition, succession of the patrimony, rural exodus, agrarian structure and productive diversification.

Key-words: rural areas, family farm, agro-industrialization, Brazil

RÉSUMÉ

Le milieu rural brésilien connaît une série de changements de ses espaces, présentant une augmentation significative du nombre d'unités familiales adoptant les méthodes impliquées dans un processus d'industrialisation de la production agricole. Malgré le développement de ce phénomène, les études qui se sont penchées sur ce thème restent peu nombreuses. Aussi, l'objectif de ce travail est de comprendre comment l'agro-industrialisation familiale est un facteur de la (re)configuration des propriétés agricoles et du milieu rural, centrant l'analyse empirique sur 45 entreprises situées dans la région des Missions dans le Rio Grande do Sul, au Brésil. Les résultats de cette recherche mettent en évidence que la stratégie de l'agro-industrialisation de l'agriculture familiale contribue à la formation de nouvelles identités et nouveaux modes de fonctionnement dans le milieu rural, montrant des transformations significatives dans tout ce qui touche à la composition familiale, la transmission du patrimoine, l'exode rural, la structure de la propriété foncière et la diversification de la production.

Mots-clefs : milieu rural, agriculture familiale, agro-industrialisation, Brésil

1. INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro, em decorrência da reestruturação econômica, produtiva e institucional, tem presenciado uma série de mudanças em seus espaços, podendo ser observado um acréscimo das ocupações não exclusivamente agrícolas. Um dos fatores que tem fomentado esse processo é a diminuição dos postos de trabalho na atividade primária devido a intensificação tecnológica; segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre 1990 e 2004, o número de trabalhadores ocupados no setor reduziu 25%, refletindo em queda anual de 1,8% (Avellar e Vilela, 2006). Essa diminuição das oportunidades ocupacionais na atividade agrícola, conciliado com as frustrações de safra, com a reestruturação do sistema agroalimentar e com o surgimento de políticas públicas específicas, acabou fomentando iniciativas de agroindustrialização dentro da agricultura familiar.

Segundo Fernandes Filho e Campos (2003), baseando-se no Censo Agropecuário 1995/96, existiam no Brasil 887.411 propriedades familiares que processavam para venda algum tipo de produto no meio rural, o que abrange 18,3% do total dos estabelecimentos. Em termos do valor das principais receitas, os produtos da agroindústria familiar somavam em torno de R\$ 1,4 bilhão, aproximadamente 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e 6% do Produto Interno Bruto (PIB) gerado

pela agricultura familiar em 1996. Além disso, a contribuição média do processamento por propriedade para a renda familiar era de R\$ 451,58.

Mesmo com a grande abrangência dessas atividades no meio rural brasileiro, com a sua expressividade nas receitas nacionais e com a sua importância na renda das famílias, a disseminação da agroindústria familiar ainda se limita a alguns fatores, tendendo a aparecer em regiões onde predomina a agricultura familiar e onde os mercados de trabalho em atividades não-agrícolas intersetoriais são débeis ou quase inexistentes, como a região norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná, no Sul do Brasil. Nesse sentido, a agroindústria surge como uma ferramenta para suprir algumas necessidades de determinados atores, tornando-se uma alternativa de emprego, ocupação e renda para as famílias de pequenos agricultores que vislumbram uma forma de inserção econômica e mercantil por mecanismos diferentes dos usuais esquemas de integração agroindustrial como as aves e suínos ou a produção de *commodities* como a soja (Schneider, 2005).

Na região noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil) o número de agroindústrias familiares vem aumentando constantemente, sendo que esses empreendimentos têm contribuído significativamente para a dinamização e fortalecimento das economias locais, principalmente por três motivos: i) agregação de valor aos produtos até então

in natura - o produto final, que agora é acabado dentro do próprio domicílio rural, passa a ter um valor adicional que permanece com o agricultor e não mais com os grandes complexos agroindustriais de fora da região e com os intermediários; ii) a maior parte dos produtos são comercializados de forma direta e em um ambiente local - os produtores fornecem aos consumidores um produto de origem (re)conhecida, fazendo com que os artigos cheguem com um valor menor pela proximidade entre produção, processamento e venda; e iii) geração de novos postos de trabalho nas comunidades rurais - ganha peso as ocupações por parte da família, que é a responsável pela agroindústria, como também pelos agricultores próximos ao empreendimento que, pelos laços de sociabilidade, auxiliam nas atividades em condição sazonal, ou mesmo, fornecem parte da matéria-prima para o beneficiamento na agroindústria familiar (Wesz Junior e Trentin, 2006).

Mas, além dos reflexos nas economias locais, possivelmente esteja acontecendo alterações no interior das propriedades, já que se modificaram as condições e as relações produtivas, sociais, econômicas e ocupacionais das famílias. Assim, fica nublada a forma com que as agroindústrias familiares vêm moldando e configurando os domicílios, o que cria algumas lacunas sobre as características dessas atividades. Para tanto, o objetivo desta pesquisa é entender de que forma a agroindústria familiar vem auxiliando na (re)estruturação da propriedade e do meio rural, procurando compreender a situação atual dos domicílios que detêm essa atividade. Portanto, procura-se mostrar o perfil e a configuração das propriedades familiares que possuem uma agroindústria no seu interior, buscando analisar algumas características e a arquitetura fundiária dessas unidades de produção que processam algum derivado da cana-de-açúcar para fins mercantis nos nove municípios em estudo do noroeste do Rio Grande do Sul (Porto Xavier, Roque Gonzáles, Pirapó, XVI de Novembro, São Pedro do Butiá, Salvador nas Missões, Cerro Largo, São Paulo das Missões e Porto Lucena). Para a análise empírica foram visitadas 45 agroindústrias do espaço demarcado e da cadeia produtiva delimitada.

Diante disso, procura-se reconhecer o contexto em que os agricultores familiares processam parte de sua produção para comercialização, além de mostrar as situações das propriedades que investiram no beneficiamento da produção primária como uma ferramenta de ocupação no campo. Nesse sentido, essa pesquisa se valida por contribuir com novos estudos acerca do meio rural, avançando em locais ainda pouco explorados, mas que desempenham grande importância à reprodução social de parte da agricultura familiar brasileira.

Nesse estudo, após a contextualização das condições metodológicas em que se deu a pesquisa e de realizar um

aporte teórico acerca do objeto desse trabalho detivemo-nos na realidade empírica delimitada. Com base na pesquisa de campo, em um primeiro momento se discute a formação das agroindústrias familiares, sua quantidade e distribuição no território abordado e a diversificação de seus produtos. Na seqüência, ganha peso o debate sobre o número de integrantes no domicílio, a sucessão do patrimônio e número de aposentados. Em seguida, o enfoque é voltado em especial à estrutura fundiária da propriedade com agroindústria familiar e a porção de área que é destinada para a cana-de-açúcar. Ao final, com caráter conclusivo, são abordadas algumas considerações sobre as novas características que são encontradas nas propriedades com agroindústria familiar.

2. METODOLOGIA

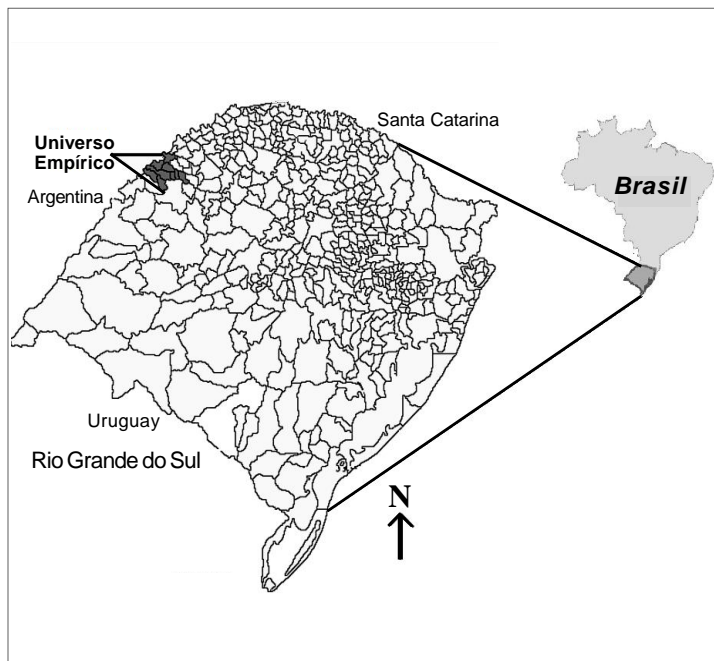
O ponto de partida foi a realização de uma revisão bibliográfica sobre o tema da agroindústria familiar e da agregação de valor no meio rural, tendo por base publicações que retratem essa realidade em escala latino-americana. A partir dos estudos e da situação dos empreendimentos no território em análise, foi definido um conceito operacional para delimitar os empreendimentos a serem pesquisados (essa discussão está expressa na sessão 3).

Posteriormente foi realizada a delimitação do espaço empírico da pesquisa, onde o estudo ficou restrito aos municípios de Porto Xavier, Roque Gonzáles, Pirapó, XVI de Novembro, São Pedro do Butiá, Salvador nas Missões, Cerro Largo, São Paulo das Missões e Porto Lucena. Esse recorte aconteceu diante da expressividade da agricultura familiar nesse local, uma vez que é responsável por 96,9% do total dos estabelecimentos agropecuários, segundo os critérios do FAO/INCR (1995). Para uma melhor visualização do território que será estudado vide Figura Nº 1, onde o espaço empírico a ser pesquisado encontra-se destacado dentro do Rio Grande do Sul.

Com o território delimitado, foram realizadas algumas conversas informais com extensionistas da Emater/RS (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), secretários da agricultura e representantes de cooperativas e sindicatos para mapear o número de agroindústrias familiares encontradas nos municípios em análise. Diante de uma quantidade significativa de empreendimentos identificados (que superavam uma centena de unidades), optou-se por analisar unicamente os produtos processados oriundos da cana-de-açúcar, já que apresentavam características mais singulares e ganhavam em nível espacial uma crescente expressividade e relevância.

Depois de ter sido delimitado o território de análise (que compreende os nove municípios já citados acima) e

Figura 1
Localização do universo empírico da pesquisa no Rio Grande do Sul



Fonte: FEE

a cadeia produtiva (que se restringe aos produtos da cana-de-açúcar) foi feito um esforço no sentido de identificar a totalidade das agroindústrias que processavam esses derivados. Após o mapeamento, foram identificadas 52 agroindústrias familiares que beneficiavam para fins comerciais melado, aguardente, licor, mandolante, açúcar mascavo e/ou rapadura. No período de 01 a 15 de agosto de 2005 foram visitadas todas as unidades identificadas, com o auxílio de um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) coordenado pelo professor Dr. Flávio Sacco dos Anjos. Como alguns integrantes das propriedades não se faziam presentes, foram aplicados questionários estruturados a 45 proprietários. Desta forma, o método se constitui enquanto uma mostra não-probabilística intencional, já que selecionou as propriedades por características previamente determinadas (nesse caso a existência de agroindústrias familiares de derivados da cana-de-açúcar).

Em seguida os dados recolhidos a campo foram passados às planilhas do SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) para a montagem do banco de dados primários. Vale considerar ainda, que este trabalho está parcialmente inserido no contexto de um projeto apoiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), intitulado «*O doce sabor da inclusão social: certificação social e solidária na agricultura familiar das Missões/*

RS», que foi desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) através da coordenação do professor Dr. Flávio Sacco dos Anjos.

3. AGROINDÚSTRIA FAMILIAR: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Uma das primeiras tentativas teóricas de caracterizar a agroindustrialização ocorreu com Marx (1987), Kautsky (1980) e Lênin (1992) quando estes definiram a agroindústria rural como sendo todas as atividades de manufaturas realizadas nas unidades de produção camponesa e que depois, com o aumento da divisão social do trabalho, passaram a ser desenvolvidas na cidade. A partir daí com a especialização dos agricultores no setor primário, os estudos sobre o processamento da produção camponesa para comercialização perdem espaço no meio acadêmico.

Nas últimas décadas do século XX as discussões sobre a temática da agroindustrialização nas pequenas unidades rurais é retomada, fortalecendo-se com o passar dos anos. Conforme vão se estendendo os debates, se torna consenso a diversidade de características desses empreendimentos de beneficiamento da produção nas propriedades familiares. No entanto, o que não entrou em concordância entre os autores é a denominação dessa atividade, que passa a ser tratada como agroindústria familiar, agroindústria rural, pequena indústria rural, unidades de beneficiamento, agroindústria de pequeno porte, agroindústria artesanal, etc. Mas, pelo que se pode perceber entre essas diferentes denominações, na maior parte dos casos são distinções muito mais terminológicas do que de conteúdo².

Mesmo assim, ainda se pode dizer que existe pouca clareza analítica em relação ao objeto que se pretende estudar ou aos processos sociais e fenômenos empíricos que se quer referenciar quando se trata da agroindustrialização da agricultura familiar. Em meio a isso, é visível que a definição de um conceito para as agroindústrias familiares ainda é relativamente recente, isso porque se «leva tanto em consideração os aspectos qualitativos, bem como os quantitativos, dependendo da realidade temporal e espacial e das condições socioeconômica e mercadológica à qual o empreendimento estiver inserido» (Wesz Junior, Trentin e Filippi, 2006: 3). Com isso, se torna arriscado a constituição de um conceito único e a viabilização de um modelo pré-definido, mas já é visível a existência de várias afinidades no debate brasileiro mesmo com a diversidade de situações e realidades que essas atividades contemplam.

² Esse estudo utilizará com maior frequência o termo agroindústria familiar.

Mesmo inserido em um ambiente conceitual embrionário, vários pesquisadores já demarcaram algumas das principais características destes empreendimentos. Para Mior (2005: 191), a agroindústria familiar precisa ter «sua localização no meio rural, utilizar máquinas e equipamentos de menores escalas, onde a procedência de sua matéria prima é própria ou dos vizinhos, assim como a mão-de-obra, remetendo geralmente a um produto artesanal». Reforçando esse debate, Prezotto (2002: 139) afirma que esse tipo de industrialização oferece possibilidades de descentralização regional da produção, «trazendo uma visão de desenvolvimento que valoriza o meio rural, proporcionando uma melhor utilização do espaço territorial e de busca da recuperação e preservação ambiental». Mas, um dos principais critérios que definem a agroindústria familiar, é a comercialização de parte ou da totalidade da produção processada, ou seja, exige-se que os laços de consumo superem o ambiente estritamente familiar para que se estabeleçam relações mercantis - mesmo que baseadas na proximidade- que ultrapassem o autoconsumo da unidade doméstica.

Analisando as considerações acima e o contexto específico da região deste estudo, foi delimitado por agroindústria familiar aquelas atividades de processamento e/ou industrialização ocorrida no interior das propriedades familiares rurais que visam a comercialização da produção. No entanto, foram desconsideradas as famílias: que vendem esporadicamente um produto beneficiado, que não possuem uma rota mínima de comercialização e que tem uma produção para o autoconsumo maior ou igual à produção para venda. Esses critérios foram implementados justamente pela existência de um grande número de agricultores que processam para venda algum produto em casos excepcionais em meio a alguma adversidade. Isso já foi advertido por Wilkinson (2003) no caso da venda de queijos por parte de alguns agricultores quando o leite que iriam vender *in natura* não foi aceito pela grande agroindústria por problemas na qualidade da matéria-prima.

4. AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE DERIVADOS DA CANA-DE-AÇÚCAR: ANÁLISE EMPÍRICA

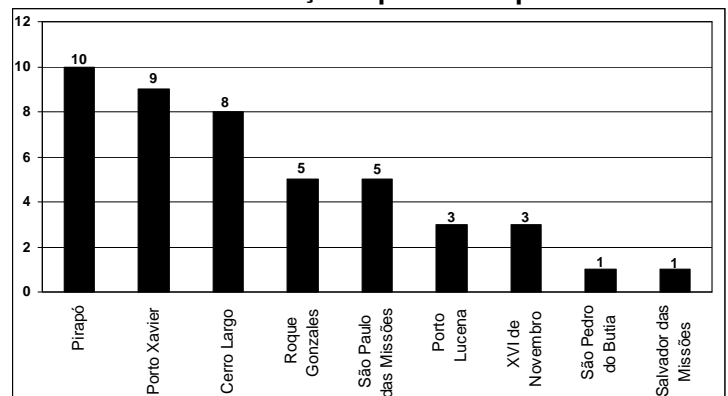
4.1. FORMAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES, NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS E DIVERSIDADE DE PRODUTOS PROCESSADOS NAS PROPRIEDADES

As 45 agroindústrias familiares entrevistadas estão distribuídas nos nove municípios do Rio Grande do Sul, sendo que, Pirapó detém 22% das unidades, Porto Xavier 20% e Cerro Largo 17%, o que significa que em apenas três municípios se tem 59% dos empreendimentos, enquanto que as outras 6 localidades são responsáveis por 41% das unidades que processam algum derivado da cana-

de-açúcar para venda (Figura Nº 2).

Essa distribuição não equivalente é reflexo das formas de emersão destes empreendimentos, que se dá por vários motivos. Os principais condicionantes do aparecimento e da expansão da agroindustrialização no interior das propriedades familiares estão relacionados com os efeitos perversos da modernização agrícola, com a implementação de políticas públicas específicas à atividade, com a reestruturação dos mercados locais e não-locais, com o apoio das entidades de representação da agricultura familiar à agroindústria e com a (re)formulação das formas de organização dos próprios agricultores³.

Figura 2
Número de agroindústrias familiares de derivado de cana-de-açúcar por município



Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPEI/CNPq/2006).

Mesmo com essa multiplicidade de condicionantes à criação das agroindústrias no interior do meio rural, os reflexos desordenados do processo de modernização foram o principal motivador na busca de novas estratégias de reprodução. Isso porque, como os próprios agricultores afirmaram, a produção de soja (principal cultivo desenvolvido na região durante a modernização) acabou comprometendo a dinâmica da propriedade por concentrar nesse cultivo recursos e área, reduzindo o número de atividades que eram promovidas no domicílio e aumentando a vulnerabilidade das famílias, já que ficavam na dependência de um único produto. A partir desse contexto em que a unicidade produtiva comprometeu toda a dinâmica da propriedade, a diversificação das atividades passa a ser prioridade em muitos estabelecimentos.

Considerando os municípios em análise, a diversificação vem sendo crescentemente reincorporada. No caso dos estabelecimentos com agroindústria familiar, a diversificação está acontecendo tanto na etapa

³ Para um debate mais minucioso, ver Wesz Junior e Niederle (2007).

produtiva, já que a produção de vários cultivos é retomada nas unidades, bem como na etapa setorial, pois passam a conciliar atividades primárias e secundárias a partir da agroindustrialização de matérias-primas. Além disso, está incidindo um movimento de diversificação dos subprodutos das agroindústrias, aumentado ainda mais o portfólio de mercadorias dos domicílios e o número de produtos com valor de troca.

As unidades familiares tem uma produção média de 2,4 produtos por agroindústria, onde, mesmo tendo um produto principal, tem-se geralmente mais dois produtos finais vindouros da cana-de-açúcar. Isso acontece pela disponibilidade da matéria-prima que oferece as condições para produzir mais artigos sem alterar em muito o processo de produção, principalmente no caso do melado, açúcar mascavo e rapadura. Além disso, não é necessário o incremento de novos equipamentos e nem de mais mão-de-obra, já que tudo isso é possível dentro de uma mesma estrutura física e familiar (economia de escopo).

Essa diversificação de produtos processados, seja para venda ou mesmo para o autoconsumo da família, acaba por maximizar algumas questões no momento da comercialização, pois aumenta a variabilidade de produtos sem necessariamente ter acréscimos nos custos. Isso acontece através da utilização dos equipamentos, do transporte e da mão-de-obra conjuntamente, aumentando as opções de venda e a possibilidade de uma maior lucratividade nas propriedades. Nesse sentido, as famílias acabam detendo na diversificação uma nova oportunidade de aumentar a renda e de variar as fontes dos ingressos.

Em meio a essa diversificação dos produtos agroindustrializados os agricultores passam a ter um controle maior em cima de sua própria produção, pois podem produzir a mercadoria que estiver trazendo uma maior rentabilidade e isso tudo sem condicionar maiores custos.

Esse contexto aponta para uma notável mudança do ambiente produtivo no interior dessas propriedades com agroindústria, uma vez que são múltiplas as formas de inserção nos mercados e são diversas as mercadorias comercializáveis. Isso tudo, por sua vez, traz uma maior segurança aos agricultores familiares, pois conseguem operar com outros produtos em casos de estancamento da venda de algum artigo em específico. Nesse sentido, esse leque de mercadorias - seja agroindustrializada ou não - se apresenta como um trunfo aos empreendimentos familiares, pois aumenta a garantia de manutenção da renda através de uma economia de escopo e não de escala. Diante disso, pode-se perceber uma mudança no formato produtivo da agricultura familiar envolvida nessa atividade, diferenciando-se daquelas unidades que dependem fundamentalmente da produção de *commodities* para exportação.

4.2. INTEGRANTES POR DOMICÍLIO, SUCESSÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO E O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL

Uma discussão que se consolidou nos últimos, em especial na Região Sul do Brasil, foi a capacidade das famílias pluriativas em manter os seus membros dentro dos estabelecimentos agropecuários enquanto que nas unidades exclusivamente agrícolas o processo de êxodo rural prevalecia (Schneider, 2003, 2006; Sacco dos Anjos, 2003). Uma das principais explicações sobre esse processo relaciona-se tanto com as oportunidades de trabalho - que em alguns casos é realizado fora da propriedade- e ao aumento da renda das famílias -já que os pluriativos possuem uma renda superior aos exclusivamente agrícolas-.

Mesmo que a agroindústria familiar seja considerada por alguns autores como uma das formas de pluriatividade, esses dados não podem ser simplesmente estendidos a esses empreendimentos, carecendo assim de uma análise mais específica.

Nas propriedades com agroindústria familiar de derivados da cana-de-açúcar deste estudo também se pode perceber uma certa concentração de pessoas por unidade, sendo que as totalidades atingem os 190 indivíduos, considerando os 45 empreendimentos. A média de integrantes por propriedades é de 4,2 pessoas, sendo que Porto Xavier, XVI de Novembro, Cerro Largo, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões são os municípios que estão acima da média.

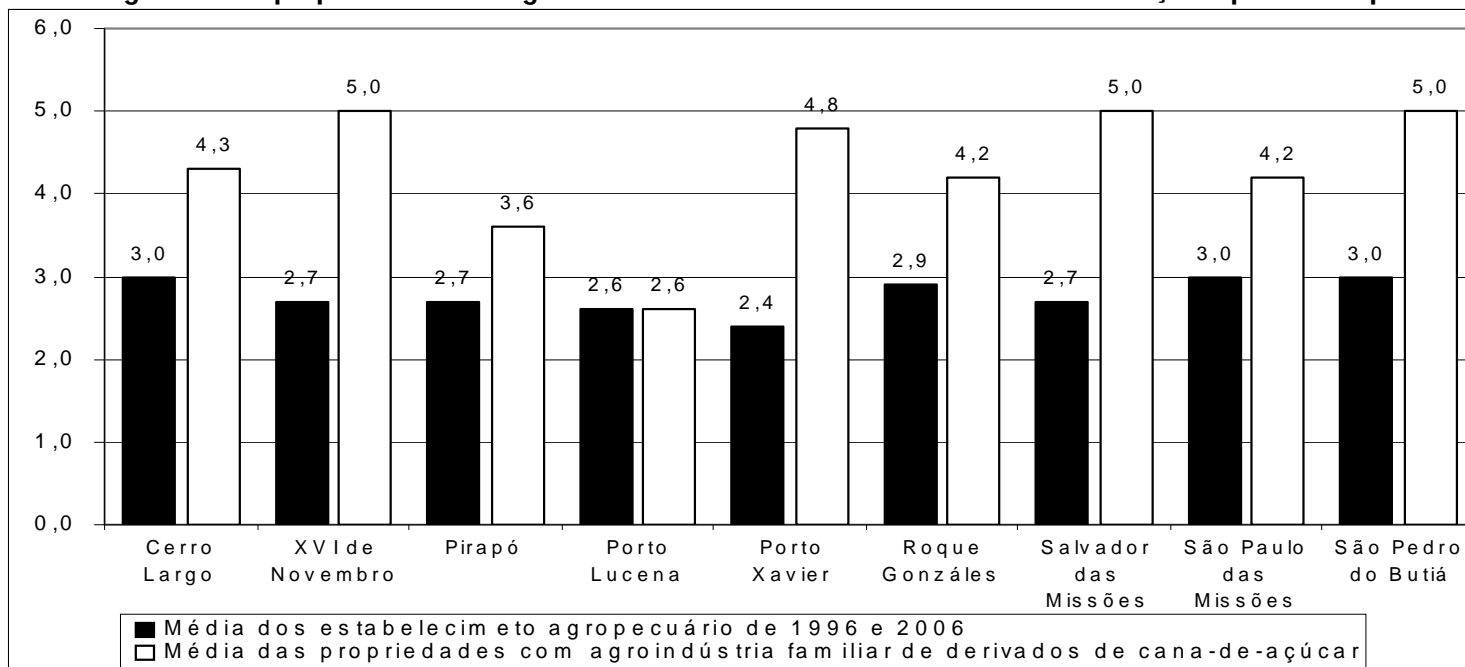
Para aumentar a visibilidade desses dados, resolvemos comparar o número de integrantes das propriedades com agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar com o número de integrantes dos estabelecimentos agropecuários totais dos municípios obtidos através da média dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006. Para essa comparabilidade se tornar possível diante dos três casos em que os empreendimentos são coletivos, foi contado somente o número de integrantes da propriedade onde a agroindústria estava instalada - desconsiderando as outras famílias para não superestimar os dados.

Como pôde ser visualizado na Figura Nº 3, em nenhum município as propriedades com agroindústrias possuem uma média menor do que a média total de estabelecimentos agropecuários municipais. Merece destaque os municípios de Porto Xavier, XVI de Novembro, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões por deterem um número superior a duas pessoas.

Em outra análise, agora considerando a fecundidade das famílias, não se percebem diferenças significativas entre as que desempenham o processamento da cana-de-açúcar com as que não realizam essa atividade. Isso comprova que as propriedades com agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar oferecem melhores condições

Figura 3

Média do número de integrantes dos estabelecimentos agropecuários (entre 1996 e 2006) e a média do número de integrantes das propriedades com agroindústrias familiares de derivados de cana-de-açúcar por município



Fonte: Censo Agropecuário de 1996 e 2006; Projeto Doce Sabor (UFPel/CNPq/2006).

para manter os integrantes na unidade rural. Os motivos que levam a esse contexto são muito próximos aos condicionantes que fazem com que as famílias pluriativas se expressem em maiores números: oportunidade de trabalho e acréscimo da renda familiar. Desta forma, o lucro extraído das agroindústrias acaba dando as condições e a motivação aos jovens, principais atingidos pelo êxodo rural, a permanecerem nas propriedades auxiliando seus pais e demais familiares em vez de buscar novas oportunidades nas cidades. Como pode ser visto nesses casos, a agroindústria criou novas oportunidades ocupacionais e de renda, refletindo na manutenção de parte da população rural.

Considerando todas as unidades entrevistadas, 63,1% dos agricultores informam que ainda localizam perspectivas no meio rural, 26,6% não encontram perspectivas e 7,3% não sabem ou não responderam. Para os entrevistados que se encontram nas respostas que somam 63,1%, a motivação de permanecer se dá por vários motivos. Mas o que nos chamou atenção foi que as perspectivas geralmente estão ligadas as agroindústrias, uma vez que esta atividade proporciona condições de viver no campo mas sem precisar, necessariamente, depender exclusivamente da agropecuária.

No oposto, aos que responderam que não encontram perspectivas no campo, pode-se ver nos estabelecimentos

uma grande dependência de atividades agrícolas, onde o processamento não representa mais que 35% da renda e a área de terra na propriedade não é superior as 21 hectares, segundo os dados extraídos dos entrevistados. Assim, o que se torna visível é que as atividades prioritariamente primárias em pequenas propriedades não estão, por si só, sustentando e dando condições dos agricultores permanecerem no seu local, o que pode implicar, em um curto espaço de tempo, na própria migração de parte dessa população que detém ingressos extremamente dependentes de condicionantes exógenas ao domicílio (cotação dos preços dos produtos e dos insumos, fatores abióticos, etc.).

Nesses casos, a não expansão da agroindústria nesses domicílios acontece porque esse extrato é composto pelos agricultores mais idosos e com menor número de integrantes do grupo doméstico que moram no meio rural. Assim, conforme alegou um agricultor (75 anos) «... eu já não tenho mais condições de lidar como antes em todas as coisas que eu fazia. Então, e como é só eu e a mulher, eu pago para o vizinho planta soja e milho pra mim, porque da menos trabalho para cuida». Nessa fala, pode-se perceber que a não satisfação no meio rural se da também pela impossibilidade de conseguir continuar com as atividades de maior esforço físico, sobrando às culturas agrícolas menos trabalhosas e «que nunca dão nada», como conclui o agricultor. Mas, mesmo diante de tantas adver-

sidades, os derivados da cana são tidos como uma das principais atividades pelos agricultores que não vêem perspectivas para o campo, sendo que em quase 90% desses casos o processamento para venda só começou no momento em que restavam no domicílio somente o casal, sem a permanência dos filhos. Em suma, o não contentamento parece estar ligado à pequena área de terra ocupada predominantemente pela agropecuária, sem sucessores e em mãos de agricultores com uma idade avançada, principalmente.

Nas unidades abarcadas nesse estudo o que tem tomado cada vez mais dimensão é o número de assegurados previdenciários, com especial destaque para aposentados e pensionistas, que atualmente atingem 36 pessoas, entre homens e mulheres, o que representa quase 19% da totalidade dos moradores. Entretanto, 48,8% das propriedades não contêm nenhum aposentado (resultado muito próximo da média regional, que é de 51%). Os municípios de Porto Xavier, São Pedro do Butiá, Cerro Largo e Salvador das Missões têm uma média superior a 1 (um) assegurado previdenciário por propriedade.

Dentro da agricultura familiar, a transmissão do patrimônio fundiário começa a tomar espaço no campo acadêmico, pois, para Sacco dos Anjos e Caldas (2006), a sucessão hereditária começa a ser considerada preocupante na medida em que, por conseqüência da mercantilização agrícola, iniciam-se a falta de herdeiros potenciais dentro da própria família, se tornando um problema na medida em que não terá outro sujeito para continuar a desenvolver as atividades dentro da propriedade.

Contudo, no caso dessas propriedades que estamos pesquisando, a inexistência de sucessores no domicílio não vem parecendo tão preocupante, sendo pouco provável que a maioria das agroindústrias deixem de funcionar por motivos ligados à sucessão. Mesmo porque, a partir do cruzamento dos dados, 73,4% das propriedades acreditam ter sucessores na unidade de produção, enquanto que em 26,6% ocorre um forte risco de não encontrar sucessores. Vale considerar que estas últimas são as mesmas propriedades que não encontram perspectivas no campo pelos motivos já mencionados. Desta forma, a agroindústria se repele, em partes, de um dos problemas enfrentados diretamente pela agricultura familiar, que é o êxodo rural de seus constituintes e a conseqüente falta de sucessores. Com isso, acaba-se apontando uma forma alternativa de conter as populações rurais nos seus locais de origem, dando assim as condições para assegurar uma maior estabilidade aos estabelecimentos e aos atores que se encontram fincados nesses espaços.

4.3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E OCUPAÇÃO DA ÁREA DE MATÉRIA-PRIMA PARA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

Em análise específica a estrutura fundiária das propriedades que detêm o processamento de derivados

da cana-de-açúcar, a média de áreas disponíveis aos agricultores ficou nas 18,2 ha por unidade (Tabela Nº 1). Esse mesmo resultado é alcançado na área média de todos os estabelecimentos agropecuários dos nove municípios em estudo, já que o tamanho médio também chegou as 18,2 hectares (IBGE, 1996-2006)⁴.

Nessa pesquisa foram encontradas duas propriedades que não possuem área própria, onde estes agricultores obrigaram-se a recorrer ao arrendamento de terceiros para suprir a necessidade de terras para o cultivo de alimentos para sua subsistência e para plantarem a cana-de-açúcar e assim vender o melado e a rapadura. Além dos dois casos, mais 12 produtores arrendam em formato complementar áreas de seus vizinhos para o cultivo, somando 35,5% a representatividade das propriedades que recorrem a terras de agricultores vizinhos para a produção, onde o arrendamento varia de 2 a 35 hectares, formando uma média de 12,4 ha por unidade arrendada (Tabela Nº 1).

Das propriedades analisadas, em apenas uma ocorre o arrendamento para terceiros de 5 hectares, representando apenas 2,2% do total dos estabelecimentos. Já os agricultores que optaram por ter, paralelamente a área própria o regime de parceria somam 17,7%, onde a «sociedade» vai de 1,6 a 60 hectares, dando uma médias de 9,45 ha por parceria. Em microrregiões como de Caxias do Sul, Pelotas, Cerro Largo e Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul os regimes de parcerias somam uma média menor a 6% (Sacco dos Anjos *et al.*, 2004). Essa supremacia em propriedades com processamento para venda tem significativa importância para o estudo, pois é uma prática -não só produtiva e econômica, mas também de sociabilidade- cada vez menos encontrada dentro do meio rural brasileiro, sendo esse um reflexo direto da individualização das práticas de produção.

Nos domicílios com agroindústria a parceria que acontece entre os agricultores e suas vizinhanças é fruto de uma relação onde o proprietário da agroindústria adquire a matéria-prima dos produtores próximos para produzir um produto final «de ameia», como os próprios atores reconhecem. Nesses casos o dono do estabelecimento industrializa o produto com a cana-de-açúcar do vizinho e no final cada um fica com 50% da produção. Esse produto final, no caso do melado, rapadura e açúcar mascavo tem como destino o autoconsumo da família ou senão é adquirido pelo próprio proprietário da agroindústria e vendido para os seus compradores, facilitando a comercialização do outro agricultor que não tem contato direto com o mercado desses produtos.

4 Esse resultado foi alcançado através da média do Censo Agropecuário de 1996 e 2006.

Tabela 1

Estrutura fundiária e média da área das propriedades com agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar nos municípios pesquisados		
Área	Total de hectares	Média de área
1. Própria	769,8	17,9
2. Arrendada de terceiros	199	12,44
3. Arrendada para terceiros	5	5
4. Em regime de parceria	75,6	9,45
5. Não utilizada	217,8	4,95
Área disponível	821,6	18,26

Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPEI/CNPq/2006).

Cruzando esse resultado com os dados adquirido na sessão passada (4.2), pode-se confirmar que as unidades com agroindustrialização detêm maiores condições de suportar um maior número de integrantes por domicílios sem precisar, necessariamente, ter um aumento na estrutura fundiária do estabelecimento agropecuário. Isso acontece porque não é através da expansão das áreas que se aumenta a lucratividade da propriedade, mas com a agregação de valor à produção.

Um ponto que chamou muita atenção foi que nas unidades com áreas abaixo de 15 hectares a agroindustrialização tem uma maior importância e vem se firmando como uma alternativa positiva para os agricultores familiares, uma vez que abrem mão de parte de uma produção totalmente voltada para o setor primário e começaram a investir, mesmo que de forma incipiente, na industrialização de sua produção, sendo que hoje esse processo já se tornou o motor da propriedade (em todos os casos a agroindústria foi considerada uma das principais atividades do estabelecimento).

É importante frisar ainda que quanto menor a área da propriedade, maior é a influência da agroindústria na diversificação econômica e na renda das famílias. Além disso, nesses estratos menores a 15 hectares as relações de mercado se desenvolvem e se fortalecem a partir dos laços de proximidade que são fundados nos circuitos alternativos de comércio e que se ampliam sob bases de confiança e solidariedade. Nesse sentido, as propriedades que eram renegadas no processo de modernização pela sua pequena área de terra apta para a produção agrícola agora passam a encontrar na agregação de valor uma forma de se manter no meio rural com renda e ocupação se precisar aumentar a estrutura fundiária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar brasileira tem enfrentado nas últimas décadas uma série de dificuldades no interior dos seus estabelecimentos. Esses problemas estão em grande parte relacionados ao processo de minifundização das suas propriedades, o que acaba originando unidades com

pequenos espaços de área insustentáveis para a manutenção da família. Isso, por sua vez, acaba expelindo grande parte dos integrantes da unidade doméstica para fora do meio rural e deixando os domicílios sem futuros sucessores. Esses problemas foram se intensificando com a chamada modernização da agricultura no Brasil, onde até mesmo os pequenos estratos de área passaram a investir na produção de monoculturas agrícolas, criando assim uma grande vulnerabilidade às famílias. Esse modelo, que se baseia nos ganhos em escala e na individualidade dos agricultores, acabou comprometendo a existência de muitas propriedades familiares nos últimos anos. Segundo Homem de Melo (1999), o número de estabelecimentos rurais inferiores a 100 hectares caíram em quase um milhão (906.301) entre o Censo Agropecuário de 1985 e 1996, o que significa uma redução de 17,3% no número de estabelecimento com essa parcela de terra.

Algumas propriedades familiares que permaneceram no campo e que resistiram à modernização acabaram se envolvendo com outras atividades, buscando novas formas de garantir a reprodução social dos seus membros. Uma das funções que algumas unidades desenvolveram foi a agroindustrialização da produção primária, trazendo novas características à agricultura familiar. Isso porque, os domicílios com o beneficiamento da produção para venda apontaram para uma maior diversificação das atividades, inclusive de subprodutos agroindustrializados, e a conseqüente diferenciação da produção através da agregação de valor às mercadorias.

Merece destaque que as unidades com agroindústrias utilizam as mesmas áreas de terras do que a média da agricultura familiar, mas, em contra partida, asseguram mais membros do grupo doméstico no domicílio e aumentam a possibilidade da presença de sucessores passíveis para a condução da propriedade, minimizando outro problema encontrado por esse grupo de agricultores.

No decorrer do artigo, ao que se percebe, a agroindústria não vem sendo uma atividade predominante das propriedades com mais de 30 hectares, pois ficou transparente que a concentração da produção e a importância do processamento se localizam mais nas pequenas propriedades familiares com área abaixo de 15 hectares, onde essas, além de alcançarem rendimentos satisfatórios, estão deixando de ter no setor exclusivamente primário a sua principal, e em alguns casos, única fonte de renda. Ao mesmo tempo, se tem um redirecionamento das formas de se inserir nos mercados, já que as questões de proximidade, confiança e solidariedade são os motores que alimentam a manutenção desses circuitos alternativos de comercialização.

Nesse sentido, parece substancial que a acadêmica, bem como as políticas públicas, passem a observar nessas

atividades novas formas de assegurar os agricultores, em especial os pequenos proprietários e os jovens, no meio rural. Esse estancamento do êxodo acaba, por consequência, oportunizando a manutenção de sucessores nos domicílios e diminuindo essa situação que ameaça parte das pequenas propriedades.

Assim, fica perceptível que a agricultura familiar através da agroindustrialização acaba por formar novas identidades e feições para o meio rural, mostrando que nesse espaço as propriedades não precisam, necessariamente, aumentar a quantidade de terras para oferecer as condições para sua população permanecer no campo. Desta forma, o processamento da produção oferece aos atores fortes perspectivas destes continuarem no meio rural, garantindo não só a reprodução dos bens fundiários e econômicos da propriedade, mas também, alcançando a manutenção de valores simbólicos (pelo estímulo às relações familiares), culturais (pela retomada ou conservação de atividades tradicionais) e sociais (pelo fomento as parcerias entre os vizinhos). Vale destacar ainda, que esses valores são construídos e mantidos pela unidade familiar, sendo muitas vezes repassados aos mercados locais pela comercialização baseada na proximidade e nos circuitos de distribuição regional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELLAR, Sergio O. de C.; VILELA, Pierre S. 2006. «Evolução do número de pessoas ocupadas na agropecuária no período de 1990 a 2004». Em: *Revista da Política Agrícola*, XV, N° 02: 4-8.
- FAO/INCR. 1995. *O perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: FAO/INCR.
- FERNANDES FILHO, José Flores; CAMPOS, Flávia Resende. 2003. «A indústria rural no Brasil». Em: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Vol. 41, 4: 859-880.
- HOMEM DE MELO, Fernando. 1999. «O Plano Real e a agricultura brasileira: perspectivas». Em: *Revista de Economia e Política*, São Paulo, Vol. 19, 4: 35-46.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. 1996. *Censo Agropecuário* (versão eletrônica). Em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas>; consulta 23 de novembro de 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. 2006. *Censo Agropecuário* (versão eletrônica). Em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas>; consulta 23 de novembro de 2007.
- KAUTSKY, Karl. 1980. *A questão agrária*. Porto: Proposta Editorial.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. 1992. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, Karl. 1987. *O capital*. São Paulo: Editora Bertrand Brasil.
- MIOR, Luiz Carlos. 2005. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos.
- PREZOTTO, Leomar Luiz. 2002. «Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte». Em: *Revista de Ciências Humanas*. 31: 133-154.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio. 2003. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nadia Velledas. 2006. «Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar». Em: SCHNEIDER, Sergio (Org.), *Diversidade e diferenciação da agricultura familiar: práticas, processos e teorias*, Porto Alegre: Editora UFRGS.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio et al. 2004. «Abrindo a caixa verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha». Em: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLII, Cuiabá. *Anais*. Brasília: SOBER.
- SCHNEIDER, Sergio. 2003. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- SCHNEIDER, Sergio. 2005. «O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural». Em: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Textos para Discussão*, Brasília/DF.
- SCHNEIDER, Sergio et al. 2006. «A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul». Em: SCHNEIDER, Sergio (Org.), *Diversidade e diferenciação da agricultura familiar: práticas, processos e teorias*, Porto Alegre: Editora UFRGS.
- WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis. 2006. «Agroindústrias familiares e o desenvolvimento das economias locais». Em: *Revista Redes*, Vol. 10, 02: 249-265.
- WESZ JUNIOR, Valdemar João; NIEDERLE, Paulo André. 2007. «Agroindustrialização e agricultura familiar: novas dinâmicas de desenvolvimento rural na região Missões, RS». Em: *Revista Geo UERJ*, 17, 2: 88-108.
- WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis; FILIPPI, Eduardo Ernesto. 2006. «A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução social das famílias rurais». Em: Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIV, Fortaleza/CE. Brasília: SOBER.
- WILKINSON, John. 2003. «A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição». Em: Seminário Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina, Campinas/SP; Santiago de Chile, FODEPAL/FAO, Vol. 1: 1-18.